

As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI

*The roots of chinese foreign policy:
perspectives for insertion in the XXI century*

Recebido em: 21/10/2015

Aceito em: 09/09/2016

Márcio José Oliveira Junior

Resumo

A política externa chinesa conta com bases bastante sólidas para a construção de sua inserção internacional no século XXI. Nesse sentido, serão analisados nesse texto primeiramente as bases para táticas de política externa chinesa a partir de 1949. Após isso, focaremos nos dois principais modelos provenientes do Partido Comunista Chinês para a inserção chinesa no atual sistema internacional que são o Maoísmo e o modelo de Deng Xiaoping, visando assim aprofundar no entendimento dessas táticas para a inserção internacional. Desse modo, observaremos suas principais bases e políticas, refletindo até que ponto a construção desses modelos influenciam diretamente a inserção internacional da potência asiática no atual quadro das Relações Internacionais. Assim, após analisar a importância ímpar dos embates entre os modelos para a política externa chinesa, concluímos que aparentemente o modelo de Xiaoping se constitui como a perspectiva de inserção chinesa no século XXI.

Palavras-Chave: China, Ásia, Política Externa, Sul Global

Abstract

Chinese foreign policy has very solid foundations for building its international insertion in the XXI century. Accordingly, will be analyzed in this text first the basis for Chinese's tactics for the foreign policy from 1949. After that, we will focus on two main models from the Chinese Communist Party to China's inclusion in the current international system that are Maoism and Denguism, thus aiming deepen our understanding of these tactics for China's international insertion. Thereby, we observe its main bases and policies, reflecting the extent to which the construction of these contrasting models directly influence the international insertion of the Asian power in the current frame of International Relations. Therefore, after analyzing the unique importance of the clashes between the models for Chinese foreign policy, we apparently conclude that the Xiaoping's model is the main prospect of China's insertion in the XXI century.

Keywords: China, Asia, Foreign Policy, Global South

Introdução

Com uma grandiosa história, a civilização chinesa vem através dos anos e de seus conhecimentos milenares se moldando como um povo forte e de identidade única quando comparado às grandes potências do ocidente. Mesmo com o período sombrio de subordinação perante os ingleses no século XIX, como observado em Kissinger (2011), os chineses acabam se recuperando e construindo um país com um modelo político diferente. O primeiro consiste no período republicano liderado por Chiang Kai-Shek¹ (1925-1949) que inicia a separação do Estado chinês do imperialismo europeu. Já o segundo se dá logo após Revolução Comunista em 1949 liderada por Mao Zedong e que cria a China contemporânea

A Revolução de 1949 cria as bases e as ideologias do Partido Comunista Chinês (PCC) que são levadas em consideração até os dias de hoje. Desde 1949, a trajetória do PCC é bastante rica e com contribuições relevantes para a construção do pensamento da política externa chinesa que embasa o seu perfil contemporâneo até a sua consolidação como potência emergente no século XXI. Esta evolução, conforme mostrada em Visentini (2011a) pode ser dividida em dois períodos: o primeiro sob a égide de Mao (1949-1976) em que rompe com a antiga China e promove a reforma e uma inserção diferenciada do país, dando início aos primeiros passos da China Moderna. Com o fim do governo Mao há uma mudança no modelo político-econômico chinês, com implicações para a atualização da política externa chinesa. A ascensão ao poder de Deng Xiaoping e sua visão reformista na década de 1970, coloca a China em uma nova trajetória em direção ao século XXI.

Tendo em vista esse contexto é um dos objetivos desse artigo analisar os principais pontos da Política Externa chinesa no período contemporâneo. Para analisarmos esta política externa se mostra relevante falarmos sobre esses dois períodos. Com isso, esse texto debate os principais conceitos que a política externa do PCC construiu para promover a inserção internacional do país pós-1949. Faz-se, assim, uma análise dos principais aspectos dessa

1. Em Wades-Giles já que o mesmo considerava o sistema Pinyin de romanização da língua chinesa um método da China continental ficando Chiang Kai-Shek ao invés de Jiang Jieshi conforme sua preferência pessoal.

inserção e suas principais mudanças e conceitos, até o período contemporâneo.

O Grande Dragão Chinês: as bases do confucionismo para a Política Externa

Nesta seção analisaremos as principais estratégias para que se promova a inserção internacional da China, tendo como foco o período a partir de 1949, sob a égide do Partido Comunista, os modelos de Mao e Xiaoping para avaliar os conceitos fundamentais da política externa da China: os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e o Desenvolvimento Pacífico.

Segundo documentos oficiais do Ministério de Negócios Estrangeiros da China (2003), a política externa chinesa apresenta três princípios que estão presentes em todo o seu projeto de inserção internacional e que servem como base para a construção de suas táticas e estratégias: a busca pela harmonia, a independência de suas políticas e o fortalecimento da sua soberania como Estado. A escolha destes três pontos faz com que a política externa chinesa seja um modelo diferente da tradicional visão de inserção dos países do eixo norte que promovem uma Política Externa pautada pelo *Hard Power*². Para ilustrar esta diferença, Jisi Wang (2013) aponta que o modelo chinês valoriza o papel da estabilidade social, sendo uma política ligada a questões culturais, históricas e de tradição da sociedade chinesa.

Tendo como base esses objetivos centrais da política externa chinesa que são a busca pela harmonia, soberania e integridade territorial, dois conceitos sustentam a inserção internacional do país: A) Os Cinco princípios de coexistência pacífica; B) O Desenvolvimento pacífico. Com isso, avaliaremos estes dois conceitos e sua importância nas relações internacionais contemporâneas da China. Para isso, é preciso entender quais são as raízes históricas que os sustentam dentro da tradição e da cultura chinesas. Com isso, é preciso entender tanto a força política do PCC quanto a importância que o confucionismo como filosofia detém nesta construção.

2. O *Hard Power* é um conceito cunhado por Joseph Nye que consiste na ideia de se utilizar as condições materiais (força militar, econômica) para influenciar o comportamento de pares políticos nas Relações Internacionais. O *Hard Power* é diferente do *Soft Power* no sentido de que para esse as tradições culturais e outras formas indiretas de influência são utilizadas para influenciar o comportamento de atores políticos. NYE, Joseph (2010). *The Future of Power*. Washington, DC: Public Affairs. 320p.

Caminhando em paralelo com a ideia de Jisi Wang (2013) de que a política externa chinesa se mostra como uma política emanada de suas tradições históricas numa espécie de mescla com o nacional e o internacional, não podemos deixar de lado o confucionismo. O confucionismo é a filosofia chave do Estado chinês desde a época dos imperadores, fazendo se também muito presente na China Moderna.

Estas bases surgem com os Ensinamentos de Confúcio³ (孔子) - filósofo muito importante na antiguidade chinesa- sendo “Os Analectos” sua obra seminal para a cultura e pensamento político chinês. Tal pensamento e filosofia acabam por se mesclar à cultura chinesa durante o passar dos tempos, pois segundo Kissinger (2011) as elites chinesas acabaram por tomar sua filosofia como base para seu pensamento e para reger a política imperial e os desígnios e qualidades de funcionários públicos do imperador. O confucionismo foi transformando em uma espécie de “lei do mandarinato” cristalizando-se como a filosofia de Estado.

Tal escolha ocorre pelo fato de que, como visto por Sinedino (“Os Analectos”, 2013) “Os Analectos” de Confúcio colocam em discussão questões como tradição, hierarquia, dentre outros fatores de construção moral chinesa que foram de encontro aos desejos da elite dos funcionários públicos. Essa filosofia disseminou-se para a sociedade como um todo, transformado o confucionismo como as regras do convívio social e político dentro da sociedade. Comparativamente, poderíamos dizer que Confúcio é pra China o que Maquiavel foi para o ocidente no sentido da importância de seu pensamento político.

Porém, após termos observado que o confucionismo se torna uma filosofia da sociedade chinesa devido a sua aceitação pelas elites e a sua transferência para a sociedade, Jisi Wang (2013) nos mostra que o confucionismo como filosofia e base para a convivência da sociedade é capaz de moldar a política externa chinesa Dessa maneira temos que essa Feng argumenta,

A visão de Confúcio sobre o comportamento estratégico chinês é de que a China, em geral, mostra uma relutância em usar a força. Mesmo sob um tratado de segurança, meios diplomáticos e negociações são preferidos e proposto como primeira preferência (FENG, 2007, p. 25)

3. Confúcio (551-479 a.C). Lê-se Kong Zi.

O Confucionismo como filosofia para a sociedade chinesa prega como grande objetivo para a relação entre a sociedade tanto interna como externa a busca e a construção da harmonia e de relações pacíficas entre os membros da sociedade, como pode ser observado com a leitura dos aforismos em *Os Analectos*. Nesse sentido, e tendo observado a grande dialética entre o interno e o externo apresentado por Jisi Wang (2013), o confucionismo se coloca como um importante conceito para a política externa chinesa, pois transfere essas concepções para a sociedade e das relações pacíficas entre os seus membros para o sistema internacional; portanto, busca os mesmos objetivos propostos por Confúcio na sua relação com outros países.

Assim, temos que os preceitos da paz e da harmonia ganham destaque dentro dessa filosofia. Como o confucionismo é imprescindível para a sociedade chinesa sendo a base para suas relações sociais como indica Spence (2000), isso possui implicações para moldar a ética de relacionamento entre os chineses e os países no sistema internacional. É claro que poderíamos detalhar muito mais sobre o confucionismo, porém essa breve discussão nos mostra o núcleo de como o confucionismo molda a política chinesa. A partir disso, apresentamos a discussão dos dois modelos de inserção internacional chinesa: o maoísmo e o modelo de Deng Xiaoping.

Da Revolução Comunista à Deng Xiaoping (1949/1999)

Os dois principais modelos de inserção do PCC são o Maoísmo e o Denguismo e deles derivam os conceitos de coexistência pacífica e de desenvolvimento pacífico. Em 1949, após o período em que o regime republicano de Chiang Kai-Shek fora o Estado de Direito da China, o partido comunista após a sua longa marcha pelo interior do país angariando apoio do campesinato e das classes trabalhadoras toma o poder dos republicanos que apoiavam o capitalismo expulsando para a Ilha de Formosa (Taiwan) criando assim a República Popular da China (RPC). A frente desse movimento que culminou com a derrubada da República Chinesa estava Mao Zedong (毛泽东), que assumiu o governo em 1949.

Mao Zedong e os Princípios da Coexistência Pacífica

Como observado em Kissinger (2011), podemos dividir o pe-

riodo Maoista em três momentos de política externa: 1) Fundação da RPC e aproximação com a União Soviética; 2) Isolamento Chinês e 3) Reaproximação ao Sistema Internacional via Estados Unidos.

Assim, Feng (2007) coloca que a primeira subdivisão da política externa chinesa corresponde ao período de 1949 até o início dos anos 1960. Este é um período no qual o regime comunista tenta se inserir como um grande parceiro de revolução da União Soviética (URSS), com uma política de alinhamento a Moscou. Com isso, o eixo Moscou-Beijing se consolida como um polo de troca de informação e construção política. De acordo com Kissinger (2011), nessa fase ocorre uma grande leva de investimentos da URSS na China para que haja a reconstrução após a invasão japonesa da Segunda Guerra e um avanço na base produtiva chinesa, para que desse modo a revolução pudesse se fortalecer.

Nesta fase os chineses enfrentaram diversos conflitos em suas fronteiras que moldariam sua relação com o ocidente. Segundo Visentini (2011b) um dos principais conflitos que levaram a China a um afastamento do ocidente foi a Guerra da Coreia em 1950. Essa guerra, travada sob os auspícios da ONU, teve grande participação das tropas chinesas que lutaram para defender seu território durante a retomada do *status quo* na península da Coreia, protegendo-se dos avanços do ocidente. Além disso, houve uma intensa militarização de Taiwan, ilha para onde fugiram os opositores de Mao com apoio dos Estados Unidos, que como visto em Feng (2007) tornou-se um assunto delicado para a cúpula do PCC e se tornou um dos pontos fulcrais para o relacionamento com o ocidente.

Outro ponto de tensão enfrentado pela China nos anos pós-revolução é a ingerência política soviética no sentido de tentar transformar a China em mais um país com o modelo soviético. Como visto em Kissinger (2011), tais fatores não agradavam a Mao, que vislumbrava para a China um modelo muito mais autêntico do que uma cópia de outros modelos. Devido a essa discussão entre os modelos e suas respectivas oportunidades, há um grande aumento das tensões entre URSS e China (entre os modelos do Stalinismo e do Maoísmo), fato esse que leva a China já isolada do ocidente, a rachar com o bloco soviético. Isso tem início com a Revolução Cultural em 1966, que inaugura a segunda fase da gestão Mao em política externa.

Portanto, a Revolução Cultural (1966) marca o início do isolacionismo chinês. Aarão (1985) demonstra que esta etapa busca um

reavivamento do espírito revolucionário chinês, fazendo com que a população revivesse durante esse período o ímpeto que tomara conta da China em 1949, para se curar das tentativas de mudar a direção da revolução. Observa-se um período no qual a China volta-se para si mesma, sendo substituída no cenário internacional pela República Democrática da China (RDC) com capital em Taipei. Desse modo, a China continental é colocada de lado no Sistema de Estados. Durante esse período a política externa chinesa pode ser resumida de acordo com Wang (2013)

[...]o principal interesse da China nas relações internacionais [...] foi a manutenção da estabilidade do poder político revolucionário; a maior ameaça externa era os EUA ou a União Soviética, [...] e os meios primários da China para lidar com a ameaça, para além da luta militar, foram os esforços diplomáticos [...] (WANG, 2013, p. 24)

É interessante observarmos pela citação que nesse período o Estado Chinês vive constantes problemas com ameaças externas em torno de suas fronteiras nacionais. Kissinger (2011) argumenta que durante esse período, as principais ameaças vinham da URSS, EUA/Taiwan, Índia, Invasão do Vietnã, Japão, Coreia do Sul. Os chineses de Beijing eram pressionados tanto pelo bloco capitalista como pelo socialista, gerando um grande problema estratégico para a sobrevivência do modelo. É nesse contexto que Kissinger (2011) demonstra que há o “repensamento” da estratégia de política externa chinesa para um novo modelo, o dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica.

Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica⁴ são as diretrizes sobre as quais o Estado Chinês pretende basear a sua reforma do sistema internacional e pautar seu relacionamento com outros Estados. Zhou Enlai (周恩来) premiê de Mao à época da criação dessa tática, conforme analisado por Altemani (2012) pauta essa modernização tendo em vista toda a base histórica e de pensamento da longa tradição chinesa. Enlai traduz as antigas ideias de Confúcio para uma tradição moderna de política externa, retomando o pensamento clássico da sociedade chinesa. Desse modo, de acordo com o documento oficial dos Cinco Princípios (2000a) tais pontos consistem em: 1) Respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; 2) Não agressão entre os Estados; 3) Não interferência na política interna; 4) Igualdade entre os Estados e benefícios mútuos em

4. Já fazendo a comparação com os documentos atuais.

seus relacionamentos; 5) Existência dos Estados baseada na paz.

Os Cinco Princípios se apresentam como condição fundamental para a política externa chinesa no sentido de representar uma base teórica para promover o desenvolvimento pacífico. Ou seja, são os pontos fundamentais para que o Estado balize seu comportamento no Sistema Internacional e são importantes pois como visto no documento oficial (2000b):

1) Os Cinco princípios de coexistência pacífica são normas básicas para coordenar as relações internacionais de forma justa e igualitária entre os Estados; 2) Os Cinco Princípios de coexistência pacífica condizem da maneira mais compreensível e racional para se construir relacionamentos entre os Estados, já que se funda basicamente na confiança e no respeito; 3) Os Cinco Princípios de coexistência pacífica são o oposto do antigo pensamento das relações internacionais, ou seja, se apresenta como o oposto da “política do poder” e da construção de hegemonias pelas potências, construindo assim um sistema sempre baseado na igualdade, justiça e paz (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA 2000b, p.5)

Resumindo o porquê dessa mudança, Zhang (2013) sustenta que,

A China é um dos poucos países no mundo que tem muitos países vizinhos (14 fronteiras terrestres e 6 com ligações marítimas) com muitas disputas históricas que sobraram [...] É por isso que a China foca (sua política externa) em improvisar suas relações [...] (ZHANG, 2013, p. 6)

A adoção dos Princípios abre espaço para que se prepare a terceira fase da política externa, a da reaproximação com os Estados Unidos na década de 1970, superando o isolacionismo. Zhang (2013) analisa que o período anterior a essa decisão tomada por Mao de recolocar a China nos eixos centrais do Sistema Internacional fora um período no qual havia uma extraordinária pressão geopolítica em torno das fronteiras, principalmente pela URSS. Kissinger (2011) coloca que os soviéticos a época do isolacionismo chinês pressionam o governo militarmente pelos seus quase 4000km de fronteiras até que ocorre um fator de distanciamento e extrema importância: o racha sino-soviético. Tal conflito foi causado devido ao feroz embate entre os modelos de comunismo soviético e Chinês. Tal enfrentamento chega ao seu ápice, como indica Kissinger (2011), quando ocorre a batalha por uma ilha no Rio Ussuri chamada Zhenbao (珍宝岛) pelos chineses e Damansky (остров Даманский) pelos soviéticos, quase levando ambos os pa-

íses a guerra na fronteira.

Já se baseando nos conceitos dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” Kissinger (2011) mostra que Mao opta por uma jogada arriscada, mas ao mesmo tempo pragmática na qual a cooperação e o respeito mútuo imperassem para que protegesse o modelo das varias problemáticas ao redor de suas fronteiras. Desse modo, Mao lança a pedra fundamental para a reforma chinesa que será aprofundada por Xiaoping nos anos posteriores: ele aproxima o Estado Chinês do seu grande rival EUA, fazendo assim a reinserção chinesa no Sistema Internacional.

Segundo Pecequilo (2011) os EUA e a China costuraram um grande acordo no sentido de normalizar suas relações internacionais. Isso permitiu que os chineses ganhassem força no cenário regional e os EUA para combater a URSS. De acordo com a autora é através do que ficou conhecido como “Comunicado de Xangai”, documento que ambos os países se comprometem em normalizar suas relações internacionais, reduzindo o risco de conflito militar e se comprometendo em lutar contra as tentativas de estabelecimento de hegemonias na Ásia reafirmando e lutando a favor do *status quo*, é que a China volta a ser um importante *player* no Sistema Internacional. Além disso, os EUA garantem essa retomada da RPC como Estado ativo e participante da sociedade de Estados através do que ficou conhecido como *One China Policy* desenvolvendo assim relações diplomáticas formais com os representantes de Beijing e não mais com os de Taipei como observado por Pecequilo (2013). Sobre isso,

A “cartada da China” estabelece uma relação tripolar Washington-Moscú-Pequim demonstrando a complexidade da Guerra Fria: um confronto entre superpotências pela hegemonia global e não apenas entre modelos socialistas e capitalistas. Assim, a maior nação capitalista aproximara-se de um país socialista (China) para, em linhas gerais, conter um outro país socialista (União Soviética) (PECEQUILO, 2013, p. 108)

O período enfrentado pela política externa maoista foi um período muito conturbado no qual a constante luta para que a China permanecesse viva era o aspecto central, dificultando projetos de uma inserção diferenciada que viria a ser construída sob a égide de Xiaoping. Mesmo sendo um período onde a política externa se estabiliza no sentido de promover a manutenção da vida da RPC, temos que o período Mao, para a análise da política externa da chi-

na moderna, foi um período bastante importante.

Esse período foi importante pois consolida o PCC como detentor dos direitos políticos e também consolida a política externa chinesa através de um aspecto revolucionário, a parte do sistema internacional e com diversos enfrentamentos regionais que desafiavam sua inserção internacional. Dessa maneira, sua inserção internacional em muito se assemelha a sua política interna: focada para estabilização política, conturbada pelas insurreições internas e em constante embate com o entorno geográfico.

Deng Xiaoping e as Bases para o Desenvolvimento Pacífico (1976/1997)

Com a morte de Mao Zedong em 1976 chega ao fim o primeiro período de comando do PCC. Após um período de instabilidade política e econômica, ascende ao cargo de chefe do “País do Meio”⁵ Deng Xiaoping, o principal responsável pelo atual sucesso chinês e também pela sua projeção global. Isso deve ao pensamento político de Deng, de reforma e construção de um Estado Chinês altamente industrializado e rumando ao horizonte de se tornar uma potência.

Deng Xiaoping (邓小平) assume o lugar de Mao e se torna o chefe de Estado da República Popular da China (RPC). Seu tempo à frente do PCC coordenando e inserindo suas visões e políticas internacionais para promover a inserção chinesa no Sistema Internacional também, pode ser dividido em três fases: 1) o início das modernizações no final dos anos 1970; 2) Tiananmen e o embate entre modelos em 1989 e 3) a definição do modelo chinês a partir dos anos 1990 e sua consolidação, a partir do conceito de Desenvolvimento Pacífico.

Com as “Quatro Modernizações” colocadas em pauta por Visentini (2011a) como uma série de modernizações em setores chave da infraestrutura e economia, com a finalidade de promover as bases para o crescimento sustentado por meio de reformas na agricultura, indústria, ciência/tecnologia e no exército, Xiaoping dá início a esse primeiro momento de sua política de governo. Ocorre o aproveitamento da aproximação que ocorrera com os EUA no período anterior, fazendo com que o Estado chinês começasse a assumir um papel de preponderância no eixo asiático.

Há também, como visto em Visentini (2011a) no escopo do

5. 中国:Zhōngguó. É a tradução literal do nome China do mandarim para o Português

processo de modernização, a criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras, as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Xiaoping promove uma reforma econômica e política não somente no aspecto interno do Estado, mas para se aproximar cada vez mais do ocidente. Estas são as chaves para a política externa chinesa nos anos subsequentes. Neste sentido, o modelo chinês é de autonomia interna e externa, baseado na paz e na economia socialista de mercado. Shambaugh (2013) indica que,

O mundo ocidental, e depois o Japão, forçaram a China [...] e deram origem ao nascimento do nacionalismo chinês moderno na década de 1920 no advento do Movimento Quatro de Maio, e, eventualmente, a vitória do PCC em 1949. Depois disso, o mundo virou as costas para a China e China virou as costas para o mundo (durante a Guerra Fria), deslizando a nação de volta para seu estado mais confortável da insularidade e da autarquia. Isso se deu até que a “reforma e abertura” da políticas promovida por Deng Xiaoping (1978) que a China começou o sério processo de integração pela primeira vez, no sistema internacional. Agora, mais de três décadas mais tarde, em vários níveis e em muitas esferas, a China tem-se aberto de forma dramática para o mundo e vem se tornando integrada com as várias estruturas e processos da ordem global pós-Segunda Guerra Mundial. (SHAMBAUGH, 2013, p. 246)

De acordo com Shambaugh (2013), mesmo com o período do início de abertura no governo de Mao, é a partir de Xiaoping com os conceitos de “*open door policy*”⁶ e das construções das reformas tanto militares como econômicas, que se dá o real processo formativo da China atual. Na política externa, esta primeira fase de Deng é marcada por tranquilidade e bastante espaço de manobrar para as reformas.

Tal período de ligeira calma, reforma e expansão da política externa chinesa foi breve, tendo em vista o contexto internacional que estava por se desenhar. Como visto em Pecequillo (2011), com a ascensão de Reagan em 1981 como presidente dos EUA ocorre um afastamento das políticas anteriores dos Estados Unidos de construção de um relacionamento mais saudável e menos belicoso com a URSS, buscando assim um forte enfrentamento com a potência soviética. Esse é o ponto que marca o início do segundo período da

6. Política de portas abertas para o Sistema Internacional se relacionar com o Estado Chinês, como visto em KIM, Samuel (2008) In: SHAMBAUGH, David e YAHUDA, Michael. *International Relations of Asia*. Ed. Rowman & Littlefield Publishers.

política externa de Xiaoping: os desafios de manutenção do modelo chinês tendo em frente a forte pressão que o ocidente coloca sobre o modelo socialista para ganhar a Guerra Fria em 1989.

Desse modo, o desafio para o governo de Xiaoping pode ser facilmente traduzido nos acontecimentos do ano de 1989 que como visto em Kissinger (2011) é o ano que definiria o futuro político do Estado Chinês. Em 1989, a pressão do ocidente tendo em vista o fim do comunismo era significativa, vide o enfraquecimento da URSS. No caso da China, como parte destes processos e de tensões internas ocorre a Revolta da Praça da Paz Celestial (Tiananmen). Como visto em Aarão (1985), a revolta da praça da paz celestial pode ser colocada como ponto fundamental para esse segundo período da política externa de Xiaoping pois esse é o momento de maior desafio para o Estado Chinês desde sua reinserção no sistema internacional nos anos 1970. Em 1989, ocorre uma constante pressão da sociedade tanto interna quanto internacional para que haja uma “reforma à força” no sentido de sepultar o modelo chinês de comunismo. De acordo com Lyrio (2010),

Os protestos ocorreram em meio a uma crise econômica decorrente de uma vulnerabilidade tripla: inflação alta, crise fiscal do Estado e elevado déficit externo, inclusive na área comercial. Enquanto estudantes e intelectuais enfatizavam a importância das reformas políticas, os trabalhadores que participaram do movimento pareciam, em grande medida, voltados para os efeitos negativos das reformas econômicas, como a elevação dos preços e as demissões provocadas pela dissolução de empresas estatais. (LYRIO, 2010, p.91)

Como indica Kissinger (2011), nesta conjuntura, ou o Estado chinês estendia seu processo de reformas para o político, atendendo assim as demandas da população por reformas ou reprimiria de modo bastante duro e manteria o modelo, para continuar com a modernização. Após calcular os custos políticos de ambas as decisões, ficou claro para Xiaoping que nada poderia atrapalhar as reformas chinesas e olhando o exemplo soviético de crise, Xiaoping escolhe a manutenção do modelo.

Isso causou custos altos para as relações internacionais, ocorrendo um novo embate entre os modelos do capitalismo e do socialismo, quase colocando o Estado chinês no ostracismo político igual ao enfrentado por Mao. Nas palavras de Visentini (2011b), com a queda da URSS em 1991, a China se tornava a nova “ovelha negra” do sistema internacional, sofrendo inúmeras pressões do ocidente no que tange aos direitos humanos infringidos durante as repres-

sões do movimento em Tiananmen, prejudicando a confiança no Estado como parceiro. Havia uma constante pressão sobre a China para que adotasse políticas liberais e abandonasse seu modelo.

Tal ponto na política externa chinesa, como pode ser observado em Kissinger (2011), se mostra crucial pois demonstra que a China não pretende se basear em um modelo ocidental e sim em seu modelo de governo e indica o quanto os Cinco Princípios são importantes para seu pensamento e construção política. No caso, a política interna é algo que só interessa aos chineses, podendo ser feitas difíceis racionalidades políticas para manter seu modelo. Além disso, tal repressão reforça o poder do PCC, fato esse que culminaria aprofundamento das reformas econômicas nos governos subsequentes ao de Xiaoping. O mesmo se estende à política externa: após a repressão emerge a segunda principal tática da política externa chinesa: o Desenvolvimento Pacífico.

O terceiro período da política externa de Xiaoping pode ser caracterizado com as declarações de 12 e 24 caracteres, emergindo a partir de 1991. Tais declarações, segundo Kissinger (2011), são o marco do afastamento de Deng Xiaoping do poder, planejando a sua aposentadoria gradual e a consolidação de seu modelo de construção política e das reformas para o estabelecimento permanente do modelo de socialismo chinês. Além disso, deveriam servir como base para os sucessores de Deng e as futuras gerações de líderes do PCC. O autor frisa a importância da viagem de Deng ao sul da China, pois os discursos proferidos se tornaram a base para duas décadas de programa político e econômico de crescimento.

Um axioma proferido por Deng, tomado como o *leitmotiv* da política de reforma da China durante o período posterior é o seguinte: “Desenvolvimento é o princípio absoluto”. Xiaoping deixa claras as instruções para que a China continuasse seu projeto de crescimento econômico e reformas, de nenhum modo ficar evocando a liderança ou se tornar muito visível perante as demais potências internacionais. As declarações de 24 e 12 caracteres diziam:

Observe cuidadosamente, assegure nossa posição, lide com os assuntos calmamente, esconda nossas capacidades e tenha paciência: seja bom em manter a discricção, nunca proclame liderança. Tropas inimigas estão além dos muros. São mais fortes que nós. Devemos ficar principalmente na defensiva. (DENG apud KISSINGER, 2011, p.422)

É devido a essa base de pensamento que foi moldado pelo

planejamento e reforma econômica tendo em vista o crescimento chinês que o governo de Xiaoping se mostra como sendo fundamental para a compreensão da China atual e suas escolhas e táticas políticas para a inserção no século XXI. Esta base é fundamental para o surgimento do conceito de Desenvolvimento Pacífico, construída de modo mais palpável durante o governo de Hu Jintao (胡锦涛) que ficou à frente do PCC de 2003 até 2013 e desenvolveu as práticas do reformismo implementadas pelo governo de Xiaoping. O termo de Hu pode ser considerado como um governo de continuação do ideário almejado por Deng.

As Bases Comparadas: uma Análise de Mao e Xiaoping para o Desenvolvimento Pacífico

É interessante termos em vista o que essa China do século XXI fortemente influenciada pelo Reformismo de Xiaoping tenta construir como sua inserção diferenciada. De acordo com Su (2013), o modelo da China Moderna define que a cooperação detém um aspecto central na sua inserção internacional, terminando por moldar de modo ainda mais rico e profundo os desígnios de Xiaoping. Nesse sentido, o governo de Hu Jintao aprofunda esse aspecto da China moderna. Na visão de Changhe Su (2013), os discursos de Hu Jintao foram centrais para a transformação já que os mesmos definem o atual modelo chinês como,

[...] expressa uma ideia de construir um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum, e posição ética e política estatal da China na ordem mundial. A ideia de um mundo harmonioso é a combinação do marxismo com as condições nacionais da China. Ele incorpora uma riqueza de recursos éticas, ideológicas, institucionais e culturais que podem contribuir para a construção da ordem mundial. (SU, 2013, p 70-71)

É com base nessa conjuntura da política externa chinesa que temos que avaliar a construção do conceito de Desenvolvimento Pacífico. O modelo pode ser assim resumido conforme o Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico de 2011:

A China deve se desenvolver sempre buscando e contribuindo para a paz mundial através do seu desenvolvimento; A China também deve se abrir e aprender com os demais Estados do Sistema Internacional; Deve buscar benefícios mútuos e desenvolvimento comum com os outros Estados do Sistema Internacional. (OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2011, p.2)

Em outras palavras, o Desenvolvimento Pacífico se baseia na troca de conhecimentos entre os povos, uma construção política do desenvolvimento independente e aberta para com os demais Estados. Um Desenvolvimento que seja em seu projeto de execução voltado para a paz, cooperação e desenvolvimento em comum. Como bem observado pelo Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico de 2011 a nação chinesa ama a paz. Promover a paz consiste em um dos aspectos centrais da diplomacia chinesa, que pretende criar um ambiente internacional estável. Assim, somente através da paz é possível angariar um desenvolvimento pleno, reiterar a ideia de que o desenvolvimento chinês não é um sinônimo de expansão, hegemonia e agressão.

A questão da cooperação se mostra outro ponto chave da diplomacia chinesa. Isso pode ser mostrado com o Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico de 2011 promovendo políticas pacíficas e cooperação, a partir das quais os Estados podem achar oportunidades para a promoção do desenvolvimento em conjunto com a finalidade de estancar as fraquezas, angariando mais força. A China pretende promover o desenvolvimento e harmonia internamente, perseguir a cooperação e a paz internacional, alcançando a modernização e a prosperidade. Como o Desenvolvimento Pacífico é aplicado na política externa chinesa? A China adota os seguintes pontos para implementá-lo e que podem ser observados no Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico de 2011: 1) Promover a construção de um mundo harmonioso; 2) Política externa independente e pacífica; 3) Política externa responsável.

No que tange à construção de um mundo harmonioso, a partir do Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico de 2011 define-se que a busca da paz e do desenvolvimento comum é uma das principais premissas da política externa da China. Portanto, este é um dos pontos mais frequentes na construção do pensamento político: a paz e a promoção do desenvolvimento comum são as teses centrais da política externa.

O segundo ponto é a política externa independente e pacífica. De acordo com o Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico de 2011 uma política externa independente é o caminho para o desenvolvimento, já que o mesmo só pode ser conseguido através do atual sistema social que a China possui, e tal sistema jamais permitira a interferência externa. Desse modo, para não interferir em seu modelo, o Estado Chinês pauta seus relaciona-

mentos nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, já discutidos, não interferindo nas políticas de outros Estados. A China respeita a legitimidade dos Estados para proteger seus interesses e coloca como base nunca fazer ganhos a partir de problemas de terceiros. Podemos observar que a questão da política externa independente é importante para o conceito de Desenvolvimento Pacífico, pois só através de uma construção na qual a China tenha plena autonomia de escolhas é que se torna possível a construção do desenvolvimento pretendido.

Já o terceiro ponto refere-se a uma política externa responsável. De acordo com o Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico, de 2011, essa questão da responsabilidade internacional está focada no respeito às normas, princípios e responsabilidades do sistema internacional possui: é preciso jogar de acordo com as regras universalmente aceitas pelos Estados membro deste sistema, para ser classificado como uma política externa responsável.

O Desenvolvimento Pacífico é em um novo caminho pelo qual a China insere sua proposta de desenvolvimento para o século XXI. A partir deste paradigma, há o rompimento com o pensamento clássico da construção do desenvolvimento em um só país (e de um só país). Ou seja, refuta-se a ideia de constituir o desenvolvimento por meio da procura pelo hegemonismo, a guerra, o colonialismo, que tem caracterizado o padrão ocidental. Podemos observar essa tendência da China de projetar esse novo modelo de desenvolvimento, em um novo mundo e sistema internacional.

De acordo com o Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico, de 2011, o paradigma de Desenvolvimento Pacífico e do benefício mútuo são a maneira fundamental de se construir a modernização, garantir a participação nas negociações internacionais e manejar as relações internacionais. Tal escolha pode ser vista como a correta, já que a própria China chega a conclusão que com base nas décadas passadas, o Desenvolvimento Pacífico fora a questão que mais propiciara ganhos ao Estado Chinês e que não tem nenhum motivo para se desviar deste caminho.

Portanto, o modelo do Desenvolvimento Pacífico consiste em um modelo de política de desenvolvimento centrado nos problemas e demandas da China, aberto aos demais países. O desenvolvimento detém, nesse sentido, uma lógica interdependente: o desen-

volvimento da China é conjunto com de seus parceiros. Ou seja, de acordo com o Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico, de 2011, a China não pode promover seu desenvolvimento com o isolamento do resto do mundo e também não pode manter a estabilidade do mundo sem a sua presença.

Por fim, a China vê o Desenvolvimento Pacífico como um *turning point* na história do desenvolvimento, já que promove o total rompimento com os paradigmas clássicos de ascensão de potências. Tal conceito pode ser traduzido como uma espécie de comprometimento chinês para com o Sistema Internacional: o de que a China não pretende se inserir nos moldes ocidentais, não retomando o legado isolacionista do maoísmo.

Tendo em vista que ambos, Mao e Deng, podem ser considerados como base para a construção da China contemporânea podemos perguntar: qual a influência específica de cada um para o século XXI e como *turning point* para que a China se torne uma nova liderança no Sistema Internacional? Como podemos observar, a importância de Xiaoping é quase inegável, pois as práticas nas quais a China se baseia para que se promova tanto o desenvolvimento econômico quanto a sua inserção internacional são advindas de seu o governo. Xiaoping se mostra essencial por realizar o maior uso dos clássicos chineses, incluindo Mao, como bem observado em Feng (2007). Cabe por fim observar que a sua influência é tão profunda sobre a China que os sucessores desde então eram partidários de sua linha modernizadora.

Em contrapartida com o que o governo de Mao presenteia os novos mandatários, além é claro da sua revolução em 1949? Mao não possui uma influência ideológica tão forte como a de Xiaoping no sentido do pensamento e influência política prática na atual conjuntura chinesa. Porém, a principal influência de Mao para a atual China é seu pensamento de não sujeição perante o norte e de construir um “caminho Chinês” que durante a Guerra Fria pode ser observado justamente pelo seu abandono da relação com a URSS. Isso colocou a China justamente como um país que busca seu horizonte de modo independente e de acordo com as suas vontades (perfil de continuidade esse ponto) para que a China possa se constituir como ator imprescindível para as relações internacionais de modo geral.

Segundo Changhe Su (2013) o modelo da China Moderna toma para si um aspecto onde a cooperação detém um aspecto cen-

tral na sua inserção internacional, terminando por moldar de modo ainda mais rico e profundo os desígnios deixados por Xiaoping enquanto chefe do PCC.

Conclusão

Como visto, a política externa chinesa é uma construção de elevada complexidade e com valores e ideais muito diferentes daqueles almejados pelos países do ocidente. No que tange a sua política externa, a retórica que a mesma possui é observada um horizonte pautado pelo ideal da harmonização das relações sociais e pela busca estrita pela paz. Portanto, é uma política muito influenciada pelos preceitos do Confucionismo em seus conceitos chave, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e o Desenvolvimento Pacífico. Podemos concluir que a construção do modelo de política externa para o período contemporâneo é extremamente influenciada pelos períodos tanto do Maoísmo quanto do Denguismo. Ambos são fundamentais para compreender a política externa chinesa igualmente e seus conceitos chave.

Estes dois conceitos são ligados historicamente. O primeiro que emerge nos anos 1950 é o conceito dos Cinco Princípios. No período pós-1990, há uma “aparada das arestas” para a construção de um conceito bem melhor acabado que é o de Desenvolvimento Pacífico. Estes pilares se mostram fundamentais para o entendimento da política externa chinesa pois dentro das diretrizes do PCC para a inserção chinesa tais conceitos ganham destaque como método de inserção da RPC. Nesse sentido, podemos observar que a opção pelo Desenvolvimento Pacífico e suas tratativas mais direcionadas as reformas econômicas e relações políticas voltadas para os ganhos no comércio deixa claro qual o modelo desse embate saiu vitorioso: o Denguista. Tal fato pode ser observado com as atuais investidas chinesas em relacionamentos internacionais mais direcionados a ganhos econômicos, o que mostra o quanto o modelo de Xiaoping se demonstra forte na atual gestão do PCC.

Por fim, é claro que tal debate ainda não é fechado em si mesmo e necessita de um estudo cada vez mais amplo para poder compreender toda a complexidade das políticas chinesas e também até que ponto o modelo de Xiaoping ainda continuará a ser a tática escolhida pelo PCC como vertente para a política externa. Mas, como passo inicial, essas são algumas impressões que podem ser

retiradas da análise dessa problemática e também observado que o reformismo implementado a partir da ascensão de Deng Xiaoping como chefe de Estado na China ainda está a pleno vapor nos meandros políticos de Beijing.

Referências

AARÃO, Daniel. **China e Modernização**. 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451985000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 jun. 2012

ALTEMANI, Henrique. **China: Perspectivas e Desafios**. 2008. Disponível em: <<http://www.cebri.com.br/midia/documentos/12.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012

ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: Cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

CONFÚCIO. **Os Analectos**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FENG, Huiyun. **Chinese Strategic culture and Foreign Policy Decision Making - Confucianism, leadership and war**. Routledge: 2007.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

LYRIO, Maurício. **Ascensão da China como Potência: fundamentos políticos internos**. FUNAG: 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=414&Itemid=41>. Acesso em: 22 jun. 2012.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Build a new international order on the basis of the Five Principles of Peaceful Coexistence**. 2000a. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18016.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence**. 2000b. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18053.htm> Acesso em: 29/08/2012

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's Independent Foreign Policy of Peace**. 2003. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/wjzc/t24881.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

NYE, Joseph. *The Future of Power*. Washington, DC: Public Affairs, 2010. 320p

OFFICE OF THE STATE COUNCIL. **China's Peaceful Development**. 2011. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2011-09/06/content_1941354.htm Acesso em: 29/08/2012

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves Do. **A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica?** Brazilian Journal of International Relations, v. 3, p. 32-69, 2014. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/viewFile/3549/2813>>. Acesso em 01 ago. 2014.

SPENCE, Jonathan. *Em Busca da China Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SU, Changhe. The China model and World Order. In: SHAO, Binhong. **China and the World: Balance, Imbalance and Rebalance**. Boston: Brill, 2013.

SHAMBAUGH, David. **China goes Global: The Partial Power**. Oxford University Press, 2013.

SHAMBAUGH, David; YAHUDA, Michael. **International Relations of Asia**. Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

VISENTINI, Paulo. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Rev. Sociol. Polit.** v. 19 s. 1. Curitiba Nov. 2011a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400009&lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2012.

VISENTINI, Paulo. **As Relações diplomáticas da Ásia: Articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011b.

WANG, Jisi. Thoughts on the Grand Change of the World Politics and China's International strategy. In: SHAO, Binhong. **China and the World: Balance, Imbalance and Rebalance**. Boston: Brill, 2013.

ZHANG, Yunling. Understanding the changing relations between China and its neighbors. In: SHAO, Binhong. **China and the World: Balance, Imbalance and Rebalance**. Boston: Brill, 2013.